

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E
GOVERNANÇA PÚBLICA**

LUCIANE MIALIK WAGNITZ LINCZUK

OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA

RELATÓRIO SOBRE SEMINÁRIO

CURITIBA

2011

LUCIANE MIALIK WAGNITZ LINCZUK

OBSERVATÓRIO DA DESPESA PÚBLICA

Relatório sobre seminário apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em 24 de novembro de 2011 às 10h30, na Sala A302, como requisito parcial de avaliação da Disciplina Tópicos Especiais Aplicados ao Setor Público – Seminários de Casos de Boas Práticas da Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira.

CURITIBA

2011

RESUMO

O controle sempre foi considerado dentro de qualquer instituição, seja ela pública ou privada, "ferramenta" necessária para se administrar bem. Dentro dos órgãos gestores dos recursos públicos não poderia ser diferente, visto que os recursos por eles administrados são vultosos e, além disto, arrecadados de maneira compulsória, através dos impostos. É notório que a corrupção ativa dentro do país, principalmente aquela que envolve grandes montas de recurso, encontra-se em um estágio difícil de ser combatido com os instrumentos de controle tradicionais inerentes à burocracia. Apesar de, praticamente todos os órgãos da administração pública produzirem informações de controle e possuírem bancos de dados delas, estas informações não eram confrontadas favorecendo ações de prevenção e combate à corrupção. Com o intuito de preencher esta lacuna foi criado o observatório da despesa pública, que trouxe consigo uma maior articulação interinstitucional de informações, possibilitando ações articuladas entre os diversos órgãos de controle, respeitadas as diferenças entre as responsabilidades de cada um. O observatório da despesa pública é uma unidade que trabalha com informações governamentais, filtrando dados de diversos sistemas, a fim de gerar informações estratégicas e preventivas para a administração pública. O observatório tende a ser um sistema de inteligência para o governo, com a capacidade de prever acontecimentos futuros, através da análise estatística de tendências, permitindo a tomada antecipada de providências.

ABSTRACT

The control has always been considered within any institution, whether public or private, "tool" needed to manage well. Within the governing bodies of public resources could not be otherwise, since the resources administered by them are enormous and, moreover, raised the compulsory way, through taxes. It is notorious that bribery within the country, especially one that involves large mounts of appeal, is in a difficult stage to be fought with the instruments of control inherent in the traditional bureaucracy. Although virtually all organs of government control and produce information databases have them, this information was not confronted by favoring prevention and combating corruption. In order to fill this gap, the observatory was established in public spending, which brought with it a greater inter-institutional information, allowing coordinated actions between the various organs of control, the differences observed between the responsibilities of each. The observatory of public expenditure is a unit that works with government information, filtering data from multiple systems in order to generate strategic information and preventive measures for public administration. The center tends to be an intelligence system for the government, with the ability to predict future events through statistical analysis of trends, making advance arrangements.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA.....	06
3. MÉTODO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	07
4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS.....	09
5. DESAFIO PARA MELHORIAS.....	11
6. ANEXOS.....	12

ANEXO A – *Curriculum Vitae* do palestrante.

ANEXO B – Lista dos participantes, com as respectivas assinaturas.

1. INTRODUÇÃO

O controle sempre foi considerado dentro de qualquer instituição, seja ela pública ou privada, “ferramenta” necessária para se administrar bem. Dentro dos órgãos gestores dos recursos públicos não poderia ser diferente, visto que os recursos por eles administrados são vultosos e, além disto, arrecadados de maneira compulsória, através dos impostos.

Escândalos envolvendo instituições públicas e seus agentes, constantemente alardeados pela mídia, quase sempre relacionados à corrupção, tornaram-se comuns e não apenas no contexto brasileiro, apesar dos muitos controles internos que o Estado estabeleceu sobre si próprio para delimitar e orientar a atuação de seus agentes. Fica evidente, então, que não basta estabelecer controles, é necessário fiscalizá-los e atuar preventivamente.

Hoje existem várias instituições públicas federais responsáveis pelo combate à corrupção, através de fiscalização, cada qual em uma esfera de atuação: Controladoria Geral da União, Departamento de Polícia Federal – Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (unidade de inteligência financeira brasileira), Tribunal de Contas da União, Advocacia-Geral da União, Secretaria da Receita Federal e Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional.

Todas essas instituições sempre possuíram mapeamentos e bancos de dados de controle com alertas para situações incomuns ou suspeitas, sem que, contudo a troca de informações ocorresse de maneira ágil e desburocratizada, dificultando ações de prevenção.

2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

A corrupção ativa dentro do país, principalmente aquela que envolve grandes montas de recurso, tais como: lavagem de dinheiro, transferências

internacionais de ativos; encontra-se em um estágio difícil de ser combatido com os instrumentos de controle tradicionais inerentes à burocracia.

Apesar de, praticamente todos os órgãos da administração pública produzirem informações de monitoramento e controle e, possuírem bancos de dados delas, em momento algum estas informações não eram satisfatoriamente confrontadas de modo a favor ações de prevenção e combate à corrupção.

É possível observar dentro da administração pública brasileira um alto grau de descentralização e burocratização das ações de controle. O método tradicional gera redundância de rotinas de trabalho, burocracia na articulação interinstitucional, baixo grau de troca de informações e falta de coerência entre os dados obtidos. O custo do controle é alto, e a falta de integração dos diversos órgãos de controle resulta em informações defasadas e falta de agilidade na tomada de providências, gerando muitas vezes prejuízos irrecuperáveis ao erário.

Configurou-se, portanto, uma necessidade de mudança nas dinâmicas de troca de informações interinstitucionais, no intuito de fortalecer o controle da Administração Pública; mediante a posse de informações e dados sobre a execução do recurso público, que pudessem ser confrontadas e gerassem informações exatas e focadas em resultados efetivos, possibilitando um grau de detalhamento que atenda também as necessidades dos órgãos de fiscalização.

3. MÉTODO DE IMPLEMENTAÇÃO

Sendo assim, no âmbito do controle interno, dentro do Poder Executivo Federal, através, da Medida Provisória nº 2.143-31 de 02/04/2001 foi criada a Controladoria Geral da União (CGU), inicialmente com o nome de Corregedoria Geral da União.

Após onze anos de existência ela abarca em sua estrutura a Secretaria Federal de Controle, a Ouvidoria Geral da União, a Corregedoria Geral da União e a Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), sendo esta última criada em 24/01/2006, por meio do Decreto n.º 5683, com a

responsabilidade de centralizar as ações de inteligência e prevenção da corrupção que anteriormente, eram efetuadas de maneira isolada pelas demais unidades da CGU e outros órgãos de controle.

A Controladoria Geral da União tem como clara missão a de defender o patrimônio público e incrementar a transparência na gestão pública. Procurando cumprir sua missão é que a CGU implantou através da Portaria n.º 1.215 de 25/06/2009, dentro da SPCI uma unidade permanente denominada Observatório da Despesa Pública com os seguintes objetivos de acordo com seu artigo 1.º:

- I - antecipar situações críticas para encaminhamento preventivo de soluções;
- II - construir cenários que subsidiem estrategicamente as atividades cotidianas;
- III - fornecer informação útil para identificação de focos pontuais para o processo de controle;
- IV - possibilitar a produção imediata de conhecimentos para demandas específicas; e
- V - potencializar a velocidade e a precisão nas tomadas de decisões estratégicas.”

O observatório da despesa pública é uma unidade que trabalha com informações governamentais, filtrando dados de diversos sistemas, a fim de gerar informações estratégicas e preventivas para a administração pública.

O observatório tende a ser um sistema de inteligência para o governo, com a capacidade de antever acontecimentos, valendo-se, para isso da análise estatística de tendências, permitindo a tomada antecipada de providências em relação a atos e fatos com possibilidade de dano a administração pública.

Esta unidade da SPCI tem sede em Brasília, sendo integrada por técnicos especialistas no uso de informação. O observatório tem acesso a vários bancos de dados federais, dentre eles: Receita Federal, Previdência Social, RAIS, SIAPE. Ainda, mediante autorização por convênios a bancos de dados estaduais e municipais.

Aplicando métodos científicos de cruzamento de dados de diversas fontes, a unidade constrói trilhas em busca de sinais de má aplicação de recursos públicos federais, apesar de não ser este o único foco do observatório. Além de apontar áreas de alerta para auditorias, algumas trilhas resultam em informações gerenciais do recurso público, tornando-se mais tarde em índices de gestão.

Quando os dados agrupados formam um conjunto relevante, são formados painéis que, posteriormente transformam-se em quadros de indicadores gerenciais de análise.

Quando os dados se transformam em ação de controle, eles geram produtos de auditoria, como por exemplo: notas técnicas e solicitações de auditoria. A nota técnica resultante da trilha RAIS versus SIAPE, que aponta servidores públicos com vínculo CLT no ano, ou, SIAPE versus cadastro CNPJ que aponta a existência de relações pessoais entre sócios de uma empresa e servidores do órgão que a contratou, são algumas das mais conhecidas.

No caso de notas técnicas ou solicitações de auditoria, os dados apurados são encaminhados aos auditores da CGU para análise, pois apesar de os resultados serem indícios, a comprovação de irregularidade só ocorre por meio de fiscalização.

4. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

O observatório da despesa pública trouxe consigo uma maior articulação interinstitucional de informações, possibilitando a execução de ações articuladas entre os diversos órgãos de controle, respeitadas as diferenças de responsabilidade e área de atuação de cada um.

São exemplos de ações articuladas (dados até 2009):

- a) Cooperação com a Polícia Federal em: operações especiais (Gafanhoto, Mamoré, Confraria, Sanguessuga, etc.), exame de documentação apreendida, produção de provas, compartilhamento de informações, garantia de segurança em ações de controle da CGU.
- b) Solicitações do Departamento de Polícia Federal à CGU: originando de 2003 a 2009, 131 relatórios de inteligência financeira.
- c) Articulação com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, gerando convênio com a Receita Federal para permitir acesso às declarações de bens e renda entregue pelos servidores, a fim de

acompanhar a evolução patrimonial dos agentes públicos e combater o enriquecimento ilícito.

- d) Articulação com o Ministério Público Federal: cooperação em investigações, realização de 1.613 ações de controle por solicitação do MPF, instauração pelo MPF de 2.452 procedimentos em decorrência de fiscalização, devolução de recursos referentes a cobranças irregulares de procedimentos médicos realizados pelo SUS de R\$ 98,3 milhões (julgados até 2008)
- e) Criação do Dia Internacional de combate à corrupção em 09/12/2008, em decorrência de instalação de mais de 400 ações de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário.
- f) Abertura de mais de 32 ações na Advocacia Geral da União originárias de trabalhos da CGU.

Além dos resultados positivos, o observatório da despesa pública foi o ganhador de vários prêmios nacionais e internacionais:

- **Vencedor do United Nations Public Service Awards 2011 (ONU) -**
Categoria: Avançando na Gestão do Conhecimento Governamental, concedido pela Organização das Nações Unidas, que premia os resultados e contribuições inovadores das instituições que conduzam a uma gestão pública mais efetiva e responsável nos países em todo o mundo.
- **Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov) 2010**
Categoria: e-Administração
- **Prêmio CONIP de Excelência em Inovação na Gestão Pública 2009.** Categoria: melhor projeto de informática pública
- **Prêmio TI & Governo 2009.** Categoria: e-Democracia

5. DESAFIOS PARA MELHORIA

A ampliação do banco de dados acessível ao observatório é uma meta com vistas à melhoria de desempenho e ampliação de escopo de atuação. Portanto o trabalho político no fechamento de convênios com Estados e Municípios passa a ser um desafio na geração de índices de informação gerencial bem como para ampliação de mapeamento de riscos.

ANEXOS

ANEXO A – *Curriculum Vitae resumido* do palestrante

CURRÍCULO ALZIRA ESTER ANGELI

Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Paraná. Servidora concursada da carreira de Finanças e Controle desde 1998. Formada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda. Pós-graduada em Administração de Marketing em 1991 e em Economia do Setor Público em 2010 pela George Washington University – Programa Minerva. Leciona as disciplinas de Auditoria Independente, Auditoria Governamental e Administração Pública para cursos preparatórios para concursos públicos.

ANEXO B - LISTA DE PRESENÇA



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

Disciplina: Seminários de Boas Práticas na Gestão Pública

Tema: Observatório da Despesa Pública

Palestrante convidado: Dra. Alzira Ester Angeli - Chefe da Controladoria Geral da União no Estado do Paraná.

Discente: Luciane Mialik Wagnitz Linczuk

LISTA DE PRESENÇA

Nome	Assinatura
Angela de Fátima Caron Bosio	
Caio Cesar Zerbato	
Cleonice Mendonça Pirolla	
Cristiano Vieira Rotta	
Diego Buligon	
Fabiana Wayss Pinheiro	
Juliana Trianoski	
Liliane Cristina Ramos de Andrade	
Luciane M. W. Linczuk	
Lucimara Oldani Taborda Coimbra	
Maria Aparecida Pessin	
Maria Christina dos Santos	
Nelissa Carleto Sandy	
Rosel Trevisan	
LEONEL M. NOLINSKI	
MARCELO ROBERTO DE JESUS	
DIOLENE ZELLA ZIELINSKI	
DOMENEL GAIQUE MARCONDES	
CÍNTIA TIEMI IHA NAKAZATO	
FERNANDA MALESKI	
Isabela Ribeiro	
HELENA CANTO DE SYLVIO	
MARIANA M. LINCZUK	
Flávia Aparecida Silveira	
Jonas Lopes Guerra	
Nome	Assinatura
Sérgio Nogueira Augustech	
DAVÍD HOLUB DA LUZ	
Jackson D. Borges Jr.	